

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

(e) Benefícios a Empregados

A Distribuidora incentivou a migração dos participantes e assistidos do Plano de Benefício Definido - BD para os Planos BD-Saldado, este criado recentemente, e CEBPrev com o intuito de eliminar seus riscos atuariais. Com a implementação das estratégias previdenciárias, a CEB DIS promoveu o saldamento quase que total do Plano BD, ocasionando uma redução do plano e, consequentemente, o surgimento de uma receita relativa ao serviço passado, que corresponde à diferença entre as reduções no valor presente da obrigação atuarial e no valor justo dos ativos do plano, cujo montante foi de R\$ 82.640.

(f) Alienação de Sucatas

A CEB DIS realizou alienação de bens móveis inservíveis, que foram levantados para venda por meio de leilão público, realizado em 27 de novembro de 2020, cujo montante de venda somou R\$ 16.233, que foram devidamente provisionados até que sejam confirmados após o término da entrega e pesagem dos lotes. O valor contábil deste lote de sucatas era de R\$ 758, gerando, então, um ganho de capital para a CEB DIS de R\$ 15.475.

(g) Plano de Demissão Voluntária - PDV

A CEB Distribuição S.A implementou o Programa de Desligamento Voluntário - PDV que tem como objetivo contribuir com a redução do PMSO, propiciar o enquadramento de custos relativos a pessoal a nível regulatório estabelecido pela ANEEL, atingir os *covenants* regulatórios financeiros e possibilitar a renovação do quadro de pessoal. O custo total com a implementação da política de desligamento voluntário foi de R\$ 33.343, divididos em 3 etapas, onde as etapas I e II foram efetivadas dentro do exercício e a etapa III efetivará em 2021, representando R\$ 2.739, R\$ 6.982 e R\$ 23.622, respectivamente. Estes valores serão expurgados da apuração dos *covenants* financeiros quando da sua apuração pelo Órgão Regulador.

(h) Provisionamento para Ajuste na Base de Remuneração Regulatória - BRR

A CEB DIS realizou o provisionamento para ajuste da BRR, conforme aderência ao Relatório de auditoria fiscal do 4º ciclo - RAF4, de acordo com o Laudo emitido pela Consultoria Real Valor, no montante de R\$ 21.771 e ainda as provisões das depreciações das obras utilizadas posteriormente ao limite regulatório permitido e das desativações repressadas, somando R\$ 7.077 e R\$ 1.360, respectivamente.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO**4.1. Considerações gerais**

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes às respectivas atividades operacionais, e não operam com derivativos.

Relativamente à gestão de risco, há duas vertentes predominantes que têm merecido particular atenção da Administração as consequências da crise hídrica que repercutem no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, resultando em encargos relevantes para a CEB Lajeado S.A.; a CEB Participações S.A.; a CEB Geração S.A.; a Corumbá Concessões S.A. e a Energética Corumbá III S.A. Com relação às empresas geradoras/comercializadoras, a Nota Explicativa 1.3.1 "Acordo GSF - Repactuação do Risco Hidrológico - Impactos Sobre as Investidas" destas Notas Explicativas, relata as iniciativas da Administração sobre este aspecto.

4.2. Gerenciamento de Riscos

A administração da CEB e de suas controladas tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A administração busca, efetivamente, a previsibilidade de com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual, as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Em observância à Lei nº 13.303/2016, cada empresa do Grupo deverá observar as regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno, composição da administração e, havendo acionistas, mecanismos para sua proteção, todos constantes da citada Lei.

4.2.1. Risco de crédito

A CEB e suas controladas qualificam o risco de crédito pela incerteza no recebimento de valores faturados a seus clientes, decorrentes das vendas de energia elétrica e da prestação de serviços correlatos.

A Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela regulação setorial emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, garante às concessionárias riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*.

4.2.2. Risco de liquidez

O Grupo tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas controladas e coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos principais passivos financeiros:

Consolidado	Valor	Cenário de Elevação das Taxas		
		Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos
Passivos Financeiros não Derivativos				
Fornecedores	14.383	14.383	–	–
Empréstimos e Financiamentos	95.101	13.110	26.595	55.396
Total	109.484	27.493	26.595	55.396

4.2.3. Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem, relevantemente, os créditos a receber na data-base do balanço e os empréstimos passivos.

Tais ativos e passivos incluem, principalmente, os créditos a receber com clientes, as obrigações com fornecedores ou dívidas em atraso, renegociadas até a data-base do balanço, e as obrigações com empréstimos e financiamentos.

Consequentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo.

4.2.3.1. Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI. A CEB estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2021, a taxa CDI será de 3,9%, de acordo com o Relatório de Projeções do Bradesco (<https://www.economiaemdia.com.br/SiteEconomiaEMDia/Projecoes/Longo-Prazo>), de 25 de fevereiro de 2021, às 15:33hrs. Fica registrado que os instrumentos financeiros contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto.

	Provável	Cenário de Elevação das Taxas		
		Possível	Remoto	
CDI	3,90%	4,88%	5,85%	

Fica registrado que os empréstimos contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados - Base 31/12/2020		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		3,90%	4,88%	5,85%
	95.101	98.810	99.737	100.664
Efeito da Variação do CDI		(3.709)	(4.636)	(5.563)
Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados - Base 31/12/2019		
		Provável		Provável
		4,25%	5,31%	6,38%
	464.236	483.966	464.236	483.966
Efeito da Variação do CDI		(19.730)	–	(19.730)

	Provável	Cenário de Redução das Taxas		
		Possível	Remoto	
CDI	3,90%	2,93%	1,95%	

Baixa do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados - Base 31/12/2020		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		3,90%	2,93%	1,95%
	95.101	98.810	97.883	96.955
Efeito da Variação do CDI		(3.709)	(2.782)	(1.854)
Baixa do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados - Base 31/12/2019		
		Provável		Provável
		4,25%	3,19%	2,13%
	464.236	483.966	479.034	474.101
Efeito da Variação do CDI		(19.730)	(14.798)	(9.865)

4.2.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da administração da Companhia é acompanhar o risco operacional de modo a evitar danos à recuperação da Companhia, bem como buscar eficácia no processo de gerenciamento e redução de custos.

A Carta de Controle Interno - CCI, elaborada pela auditoria independente, aponta os principais riscos operacionais da Companhia, segregados em deficiências significativas e não significativas, bem como os respectivos comentários da Administração.

Para o processo de gestão de riscos do Grupo, foi elaborado o manual de gestão de riscos com requisitos mínimos, considerando as necessidades e as características das Companhias, contemplando a importância da melhoria contínua e sua adequação, a suficiência e a eficácia da estrutura de gestão de riscos para assegurar os aprimoramentos do processo e da metodologia adotada.

A gestão integrada de riscos realizada pela Companhia é acompanhada pelo comitê gestor de riscos e reportada ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho Fiscal da CEB.

Neste diapasão, com vistas a melhorar os sistemas de controle, de forma a mitigar os riscos e ocorrências de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, foi instituído o Comitê Permanente de Integridade, coordenado pela Superintendência de Governança Corporativa, que desenvolveu e implementou o Programa de Integridade na Companhia. O objetivo da Administração é administrar o risco operacional de todo o Grupo para: (i) evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da organização e de suas controladas e coligadas; e (ii) buscar eficácia de custos.

4.2.5. Risco de aceleração de dívidas

A CEB possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou obtida anuência prévia dos credores para o não atendimento.

4.3. Gestão de Capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são: (a) salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas; (b) manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode propor, nos casos em que precisar da aprovação dos acionistas, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curtos e longos prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Total dos Empréstimos e Financiamento/Debêntures	95.101	502.175
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota Explicativa nº 5)	(14.412)	(465.338)
Dívida líquida	80.689	36.837
Total do Patrimônio Líquido (Nota Explicativa nº 21)	678.769	783.986
Total do Capital	759.458	820.823
Índice de Alavancagem Financeira - %	10,62	4,49

4.4. Valor Justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

As tabelas seguintes demonstram, de forma resumida, os ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2020 e em 2019.

	Avaliação	31/12/2020			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros					
Caixa e Bancos	Valor Justo	117	117	437	437
Contas a Receber	Custo Amortizado	11.558	11.558	33.836	33.836
Aplicações Financeiras	Valor Justo	14.295	14.295	136.266	136.266
Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo Amortizado	14.383	14.383	16.549	16.549
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado	95.101	95.101	95.101	95.101
Obrigações Societárias	Custo Amortizado	559.657	559.657	571.448	571.448
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado	–	–	7.766	7.766
	Avaliação	31/12/2019			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros					
Caixa e Bancos	Valor Justo	27	27	69.222	69.222
Contas a Receber	Custo Amortizado	18.526	18.526	608.867	608.867
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado	–	–	503.161	503.161
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado	–	–	10.886	10.886
Aplicações Financeiras	Valor Justo	12.686	12.686	396.116	396.116
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	–	–	150.638	150.638
Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo Amortizado	10.660	10.660	196.454	196.454
Debêntures	Custo Amortizado	–	–	213.810	213.810
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado	–	–	288.365	288.365
Obrigações Societárias	Custo Amortizado	33.818	33.818	47.062	47.062
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado	–	–	601.296	601.296
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado	–	–	152.127	152.127
Obrigações Vinculadas a Concessão	Custo Amortizado	–	–	1.103	1.103

4.4.1. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Bancos Conta Movimento	117	27	437	69.222
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	14.295	12.686	136.266	396.116
Total	14.412	12.713	136.703	465.338

O excedente de caixa é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários), aplicados junto ao Banco de Brasília S.A. - BRB, conforme determinação legal. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia têm rentabilidade compatível às variações do CDI (Certificado de Depósito Bancário), com remuneração de 103% deste indicador. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

6. CONTAS A RECEBER**6.1. Composição do Contas a Receber**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	–	–	22.278	647.834
Títulos de Créditos a Receber	–	–	–	120.306
Serviços Prestados a Terceiros	25.631	30.837	25.631	57.415
Total a Receber Bruto	25.631	30.837	47.909	825.555
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.073)	(12.311)	(14.073)	(151.868)
Total a Receber Líquido	11.558	18.526	33.836	673.687
Circulante	11.558	18.526	33.836	608.867
Não Circulante	–	–	–	64.820

6.2. Valores a Receber por Idade de Vencimento

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos há mais de 180 dias	Total 31/12/2020	Total 31/12/2019
Residencial	–	–	–	–	–	221.069
Industrial	–	–	–	–	–	9.972
Comércio, Serviços e Outros	–	–	–	–	–	124.471
Rural	–	–	–	–	–	8.876
Poder Público	–	–	–	–	–	53.621
Iluminação Pública	–	–	–	–	–	52.676
Serviço Público	–	–	–	–	–	14.687
Subtotal Consumidores	–	–	–	–	–	485.372
Serviço Taxado	–	–	–	–	–	1.462
Concessionárias e Permissionárias	22.278	–	–	–	22.278	1.227
Serviços prestado a terceiros (Incluso Serviços de IP)	8.391	3.167	2.539	11.534	25.631	57.415
Contribuição do consumidor	–	–	–	–	–	1.227
Fornecimento Não Futurado	–	–	–	–	–	165.288
Parcelamentos a Faturar CP e LP	–	–	–	–	–	95.904
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE	–	–	–	–	–	29.173
Arrecadação a Classificar	–	–	–	–	–	(16.451)
Outros	–	–	–	–	–	4.938
Total a Receber Bruto	30.669	3.167	2.539	11.534	47.909	825.555
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	–	–	–	–	–	(14.073)
Total a Receber Líquido	–	–	–	–	–	33.836

6.3. Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa (EPLCD)

A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída com premissas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída de acordo com os valores a receber há mais de 90 dias.

Com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48, foram considerados ainda, para efeitos de constituição da EPLCD, o incremento das faturas com histórico de inadimplimento, excetuando-se as faturas vencidas até noventa